

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda a fuga de quatro sentenciados do Centro de Triagem e o sistema prisional catarinense.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Refere-se à privatização da merenda escolar; comenta ações para resolver o problema das cheias em Blumenau e Rio do Sul; reporta-se ao desvio de recursos destinados aos atingidos pelas cheias ou pela seca.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Registra a liberação, por parte do governo federal, da ampliação dos investimentos do estado; aborda visita do governador do estado a Blumenau para tratar do problema das cheias.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se à terceirização da merenda escolar.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** (aparte) - Aborda a terceirização da merenda escolar.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Registra a instalação da General Motors em Joinville.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Comenta o projeto de contenção das cheias no vale do Itajaí.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Refere-se aos 80 anos de conquista do direito ao voto pelas mulheres; registra a instalação da fábrica da GM em Joinville.

#### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Comenta a terceirização da merenda escolar; aborda a educação em período integral; manifesta sua preocupação com a estiagem.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Aborda a terceirização da merenda escolar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, demais pessoas que nos acompanham nesta manhã de quinta-feira aqui pessoalmente ou através dos

meios de comunicação que difundem as atividades deste Poder.

Desejo falar a respeito da notícia na área policial divulgada na manhã de hoje, que é a fuga de quatro sentenciados da Penitenciária de Florianópolis, do Centro de Triagem, sendo que um deles já havia sido recapturado imediatamente após a fuga por policiais que trabalham naquele estabelecimento.

Quero noticiar esse fato e falar, mais uma vez, da precariedade da segurança pública em geral, da precariedade da segurança no sistema prisional, quase em seu conjunto, e do complexo da Trindade de forma muito dramática. Essa é uma situação de décadas que, invés de melhorar, tem piorado.

Gostaria de registrar também, e lamentar, que durante as tentativas iniciais de recuperação dos presos que haviam fugido o soldado Coelho da Polícia Militar foi alvejado por arma de fogo no tornozelo e está em cirurgia no Hospital Celso Ramos, nesta capital. E o que se avalia, o que se conversa e o que percebem os policiais militares que estavam de serviço nesta madrugada, na Penitenciária de Florianópolis, é que o projétil de arma de fogo que atingiu o soldado da Polícia Militar partiu de uma arma usada por um vigilante de segurança contratado por uma empresa privada. Aliás, uma empresa privada que já mantém ativada metade das bases de observação de vigilância do complexo penitenciário da Trindade. Usam carabina calibre 38 e alguns assumem o serviço lá sem nunca terem pegado uma arma de fogo na mão, principalmente uma carabina. Destinados pela empresa para aquela atividade, acabam assumindo o serviço e, antes de começar o serviço, já pegam uma carabina que mal sabem manusear - e muitas vezes não sabem manusear.

É evidente que não estamos fazendo uma crítica direta a esses trabalhadores que estão lá para ganhar um salário. Agora, é a forma de se pensar segurança pública no nosso estado, a forma de se pensar a segurança no sistema prisional no nosso estado.

Aliás, está cada vez mais forte o debate de privatização do sistema prisional no estado de Santa Catarina. Já privatizaram tanta coisa que não sobra quase mais nada. Então, agora tem que privatizar o preso, privatizar a cadeia. É um absurdo isso, do ponto de vista da segurança da sociedade. É um absurdo que uma empresa privada contrate um vigilante e mande trabalhar numa penitenciária cuja responsabilidade, na nossa avaliação, somente pode ser do poder público do estado, de um profissional concursado, com fé pública, com poder de polícia.

É inadmissível que uma entidade privada que não tem poder de polícia faça segurança pública, e inclusive para a manutenção da segurança no sistema prisional. Está-se brincando com a segurança no sistema prisional no estado de Santa Catarina e, para nossa preocupação, diz-se por aí que se vai incrementar o processo de privatização do sistema prisional.

Faz-se muita propaganda a respeito da Penitenciária Industrial de Joinville, que funciona em cessão para um grupo privado. Quero dizer e repetir nesta tribuna que tendo os recursos e as condicionantes dadas na Penitenciária Industrial de Joinville, qualquer servidor público minimamente sério faz um serviço melhor do que eles.

Por que funciona bem a penitenciária pública de Joinville, que está sendo doada para um grupo privado administrar com o dinheiro público? Funciona bem porque há seleção de preso para ir para aquela penitenciária. É uma penitenciária moderna, construída com recursos públicos, naturalmente, segundo todos os padrões de segurança. É uma penitenciária que prevê o trabalho de todos os presos que lá estejam internados - e foi estruturada com esse objetivo também. É uma penitenciária que prevê e possibilita que cada um dos presos lá internados possam estudar, e há espaço organizado nesse sentido. É o único cárcere do estado de Santa Catarina onde se cumpre efetivamente o que pressupõe a Lei de Execuções Penais - LEP -: a

quantidade de preso por cela, o espaço físico da cela, os direitos que o detento tem e que os seus familiares têm, porque muito mais importante, talvez, do que o direito do preso é o direito da sua família, que não deve nada e que precisa acompanhar esse indivíduo enquanto ele está preso.

Dessa forma funciona bem, mas funciona bem da seguinte forma: um grupo privado pega o dinheiro e administra. A segurança, na nossa avaliação, é fragilizada e quando precisar não terá.

O soldado Sidnei, de Joinville, há três anos foi morto quando levava um desses presos da penitenciária moderníssima de Joinville para uma consulta num posto de saúde, no serviço de pronto-atendimento, porque o seu acompanhante não era policial, não era agente penitenciário, não era profissional da segurança pública. Era o motorista da empresa privada, somente motorista, que abandonou o soldado Sidnei com o preso dentro do posto de saúde. Quando ouviu o tiro correu para a viatura e voltou para a penitenciária. Foi até suspeita essa atitude. Na verdade, ele se assustou, pois não estava preparado para aquele serviço.

Hoje, o soldado Coelho foi alvejado por arma de fogo, provavelmente, manuseada por um agente de vigilância privada. O tiroteio era grande, e quando foge um preso, todo mundo atira. Quase com certeza, sem nenhuma necessidade o tiro não cumpriu absolutamente nenhuma função, a não ser alvejar o policial.

E há pessoas que continuam dizendo que temos que entregar o sistema prisional para grupos privados. Talvez interesses econômicos a respeito disso estejam vigorando e até se fortalecendo em nosso estado. Infelizmente, dentro da Polícia Militar, também existe essa tese de entregar o sistema prisional, o que é um erro.

Gastam-se fortunas com o sistema de Segurança Pública, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com investigações e o deputado Maurício Eskudlark sabe o quanto custa para o estado até conseguir prender uma pessoa em flagrante, com provas, com documentos, até chegar às barras da

Justiça e colocá-la na cadeia. Quem é policial sabe quanto custa e a dificuldade que é para isso acontecer.

Então agora alguém pode pensar: "Já está feito o serviço e deixa lá, é só entregar para uma empresa dessas que tem convênio com o estado de Santa Catarina e eles cuidam do sistema prisional." Não pode ser assim! Esse serviço faz parte do sistema de Segurança Pública e precisa ser tratado como serviço público. As penitenciárias precisam ter mais efetivo de policiais militares e de agentes prisionais. Isso é necessário, porque senão vamos continuar apenas enxugando gelo na Segurança Pública. Não dá para continuar privatizando essa área, aliás, não dá para continuar privatizando nada que seja serviço essencial em nosso estado. É um absurdo, é temerário privatizar o sistema prisional em qualquer lugar do mundo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) -

Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria de saudar os companheiros desta Casa, o sr. presidente em exercício, deputado Antônio Aguiar, e trazer para o debate a manchete do jornal *Diário Catarinense* sobre a terceirização da merenda escolar que foi anulada pela Justiça.

Em 2008 o estado de Santa Catarina sofria um processo de terceirização de merenda escolar questionada, nesta Casa, pela bancada do Partido dos Trabalhadores. Agora, esse assunto vem à tona novamente porque o Tribunal Regional Federal julgou, em Porto Alegre, inconstitucional a utilização da verba do governo federal para pagamento de empresas contratadas pelo estado.

Questionamos o programa do governo federal de compra direta do agricultor que, do dia para a noite deixou de existir em Santa Catarina, e, principalmente, a utilização dos recursos vindos do governo federal para a compra de merenda em relação ao que o estado gastava, deputado Manoel

Mota, tendo em vista a terceirização da merenda escolar. São quase R\$ 30 milhões a mais por ano, tendo em vista contrato firmado com uma empresa que já estava sendo questionada pela prestação de serviços no estado de São Paulo.

Trata-se de empresas que fizeram parte de uma verdadeira lavagem de dinheiro, através das merendas. E quando vimos no estado de Santa Catarina o nosso agricultor passando por dificuldades, deputado Neodi Saretta, agora com as secas e em outros momentos com as cheias, verificamos que o estado, em vez de fomentar a economia local, simplesmente terceirizou a merenda escolar e nenhuma empresa catarinense pôde participar do processo licitatório porque não houve tempo hábil e porque na licitação havia determinadas pegadinhas que falavam da chamada especialização nos serviços.

Estou falando isso porque o estado de Santa Catarina, que possui mais de 30 secretarias Regionais, que são braços dos estados nas regiões, poderia estar administrando a regionalização da merenda escolar. É importante registrar que a terceirização da merenda escolar apenas foi anulada por um processo construído nesta Casa pelo nosso deputado Pedro Uczai, que hoje é deputado federal, e que está atuando na comissão de Ciências e Tecnologia do Congresso e também na comissão de Educação.

Por isso, lutar vale a pena! Porque mesmo que a Justiça tenha levado, deputada Ana Paula Lima, três anos para resolver isso, durante três anos houve sangria dos cofres públicos de Santa Catarina, ou melhor, houve sangria dos cofres públicos do governo federal, porque é de lá que vem o recurso do Fundeb. Esse não é recurso do Tesouro do Estado.

Mas ainda que tardiamente, estamos estudando uma solução que, logicamente, será questionada pela empresa contratada. Porém, entendemos ser o caminho, pois sabemos que o governador Raimundo Colombo, juntamente com o seu grupo gestor, já havia tomado a decisão de cancelar a terceirização da merenda da escolar no estado.

Acho que essa decisão da Justiça deve ser aproveitada pelo governo, que deverá tomar medidas urgentes no sentido de retomar o programa de compra direta do agricultor fomentando a nossa produção local, que representa distribuição de renda e, principalmente, a redução dos recursos do estado investidos em merenda escolar, que vão para fora do estado de Santa Catarina.

Gostaria de reportar-me, ainda, às assinaturas dos contratos que serão realizados em Rio do Sul, na próxima sexta-feira, para resolver o problema das cheias, deputada Ana Paula Lima, pelo menos em medidas imediatas, assim como em Blumenau, onde será assinado um ato, na data de hoje, para providenciar medidas preventivas na questão das cheias.

É importante ressaltar que essas novas ações que estão sendo executadas também contam com a participação do governo federal, principalmente no que se refere à ampliação de recursos e capacidade de endividamento, comandada pela presidenta Dilma Rousseff na semana passada em parceria com o ministério da Integração, e que já estão aportados para esses projetos de contenção de cheias. Isso é importante ressaltar porque ontem, nesta tribuna, houve comentários sobre essas ações e parece que o governo federal não existe. Se não houvesse as ações da presidenta Dilma Rousseff, essa parceria entre os governos federal e estadual, nada disso estaria andando, porque a presidenta Dilma Rousseff deixou muito claro que Santa Catarina e Minas Gerais são dois estados prioritários nesta questão da contenção das ações preventivas em relação às enchentes ou às secas. Até mesmo porque não sei se todos os parlamentares acompanharam, ontem, no jornal *O Globo*, uma matéria falando sobre a indústria das enchentes em Santa Catarina ou a indústria das chuvas.

Não devemos esconder o sol com a peneira porque sabemos que na medida em que são liberadas as ações emergenciais, automaticamente, as prefeituras liberam as obras emergenciais sem licitação. E o que está ocorrendo nos municípios são questionamentos extremamente corretos e

verídicos de compras e ações que foram efetuadas sem o serviço ser prestado, ou seja, desvios de recursos. Com todo esse sofrimento do povo catarinense na questão da seca ou enchentes, as administrações estão construindo mecanismos para desvios desses recursos públicos. E o que se levantou? Que uma série de municípios efetuou gastos sem, efetivamente, a ação ter sido executada. O que é um verdadeiro crime! E cabe ao Ministério Público apurar esses fatos, punir e, principalmente, solicitar informações a todos os municípios que receberam recursos sobre onde foram aplicados e a nota dessas aplicações.

Vou sugerir ao líder da nossa bancada que esta Assembleia encaminhe ao governo do estado e à Defesa Civil, um requerimento solicitando a todos os municípios que receberam recursos federais este ano, tanto por causa das enchentes quanto das secas, a prestação de contas, para que possamos fiscalizar cada município e saber onde foram gastos os recursos recebidos, porque até o presente momento, nesta Casa, não foi prestado contas de absolutamente nada, exatamente como ocorreu no mandato passado, quando recursos federais vieram e até hoje, deputada Ana Paula Lima, não sabemos onde foram aplicados.

Por isso, temos que cumprir o nosso papel de fiscalizadores pedindo a prestação de contas para todos os municípios que receberam recursos para prevenir calamidades públicas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar)-

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero dizer, deputado Jailson Lima, que também li a matéria do jornal *O Globo* que, realmente, assustou-me. O título da matéria era: "Indústria das cheias, indústrias das chuvas." O que acontecia no nordeste, antigamente, que diziam que era a indústria das secas.

Fiquei surpresa, srs. parlamentares, pois a cidade de Blumenau foi citada naquela matéria, que recebeu recursos federais e também havia dúvidas sobre o destino dos recursos e se as obras contemplaram as pessoas que moram na minha cidade.

Outras cidades como Barra Velha também foram citadas na matéria, mas o que me causa estranheza é que a cidade de Ilhota, deputada Luciane Carminatti, não foi citada e nós, parlamentares desta Casa, estivemos naquele município, onde as obras que foram realizadas com o dinheiro do governo federal, gerenciadas pelo governo do estado, não existem. Srs. deputados, caíram pontes, casas ainda não foram terminadas e as pessoas até a data de hoje estão esperando. A tragédia aconteceu no ano de 2008, mas, infelizmente, tudo continua do jeito que está.

Essas denúncias já foram levadas, sim, tanto à Advocacia-Geral da União quanto ao ministério da Integração com fotos de obras que foram realizadas de uma forma que não atendeu a nossa população, a exemplo também de pessoas que perderam as suas casas e ainda não foram contempladas com a sua habitação.

(Passa a ler.)

“Assomo a tribuna na manhã desta quinta-feira para ressaltar algumas notícias sobre o nosso estado que são, realmente, de interesse de toda população catarinense. O governo, como falou o deputado Jailson Lima, autorizou na semana passada aos estados de Goiás, Rio Grande do Norte e Santa Catarina a ampliação dos seus investimentos na ordem de R\$ 2,3 bilhões por meio de contratos e de empréstimos.

Na cerimônia que reuniu vários governadores no Palácio do Planalto a nossa presidenta, Dilma Rousseff, defendeu a expansão dos investimentos nos estados para, juntamente com os investimentos privados, garantir o crescimento econômico. Ela que é detalhista nessa área, uma mulher que entende de números, que quer ver o Brasil crescer, e cresceu bastante e vai crescer ainda mais este ano.

No total, o governo já liberou cerca de R\$ 40 bilhões em créditos fiscais para os estados.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, explicou que a revisão dos limites de endividamento apenas foi possível por causa do bom desempenho fiscal dos estados, inclusive o nosso estado, que com a ampliação dos créditos, poderão contratar financiamentos para executar projetos de infraestrutura, o que ajudará o país a enfrentar essa crise internacional.

O Brasil, disse o ministro Mantega, é um dos poucos países que reúne condições para acelerar o crescimento neste ano de 2012. O governador Raimundo Colombo participou desse evento que ocorreu em Brasília, juntamente com a nossa presidenta Dilma Rousseff.

É importante registrar a forma republicana que tanto o ex-presidente Lula quanto a nossa presidenta Dilma Rousseff têm tratado o governador do estado de Santa Catarina. O nosso estado aumenta a sua capacidade de investimento, mas os projetos devem ser apresentados para resolvermos gargalos históricos nas nossas rodovias, na Segurança Pública, urgentemente, porque sem eles não há investimento no combate à pobreza, nas ações de prevenção e desastres ambientais.

Também merece o nosso registro e a nossa reflexão o anúncio do relatório de uma grande agência bancária que afirma que Santa Catarina, infelizmente, cresceu menos do que o nosso país nos últimos anos. De uma década de levantamento o relatório afirma que durante oito anos crescemos menos do que o Brasil.

Isso demonstra que precisamos rever os nossos conceitos de desenvolvimento e unirmos esforços no sentido de construir um desenvolvimento que permita o crescimento econômico e a distribuição de renda à população catarinense.

Por fim, gostaria de comunicar que na data de hoje estaremos acompanhando a agenda do governador em visita a Blumenau, às 18h30, no teatro Carlos Gomes, tratando de um tema que é muito caro para nós, blumenauenses, e para toda a população do vale do Itajaí, que são as enchentes, as tragédias

climáticas, os desastres ambientais, que têm atingido de uma forma dolorosa a nossa gente.

Blumenau já assistiu, ao longo das últimas décadas, promessas que não foram cumpridas, infelizmente. O dinheiro veio, o dinheiro voltou, a população acreditou e ainda está esperando.

Então, estarei mais uma vez, hoje, com o governador, atenta aos anúncios que serão realizados e aos que já foram anunciados via imprensa. Hoje, o governador estará na minha cidade, Blumenau, quando anunciará os editais de licitação dos projetos de contenção de cheias e de prevenção de desastres. Entre eles está a aquisição de radares, o aumento das barragens de Taió e de Ituporanga e as comportas do rio Itajaí-Mirim no município de Itajaí.

Depois passaremos à fase que realmente interessa: a licitação e o início das obras. É por isso que a população tanto espera, tanto sofre e tanto fica insegura quando começa a chover mais forte na nossa região.

Quero registrar que estaremos vigilantes, atentos a todo esse processo, cobrando a sua efetividade. Vamos dar mais um voto de confiança, mas não abriremos mão da nossa responsabilidade de fiscalizar. Há muitos anos estamos cobrando ações do governo do estado no sentido de proteger a população de Blumenau e a do vale do Itajaí. E assim continuaremos à frente da defesa dos interesses da nossa cidade, Blumenau, e também da nossa região.

Por uma questão de justiça, quero registrar também, srs. parlamentares e sra. deputada Luciane Carminatti, que o governo federal será o grande financiador de muitas dessas obras. Precisa estar nas manchetes de todos os jornais, deputado Jailson Lima e deputado Antônio Aguiar, que o grande financiador dessas obras não é os japoneses, mas o governo federal. E estaremos, da mesma forma, cobrando do governo federal as ações necessárias para tirar do papel projetos que até hoje não passaram de promessas.

Infelizmente, os japoneses não financiarão as obras de contenção de cheias e de prevenção de

desastres no vale. Mas hoje, felizmente, vivemos num novo Brasil, onde o nosso governo pode financiar essas obras. Um Brasil que cresce e investe na sua gente. Tenho certeza do compromisso da presidenta Dilma Rousseff com Blumenau e com o povo do vale do Itajaí.

Com relação, srs. parlamentares, a quem vai pagar as obras nessa primeira fase, é bom destacar que serão R\$ 61 milhões do governo do estado de Santa Catarina e pasmem, povo catarinense, R\$ 451 milhões do governo federal. O dinheiro não vem de fora. O dinheiro que será investido no vale do Itajaí, entre recursos próprios e do BNDES, é do povo brasileiro, do governo federal.

Assim, a presidenta Dilma Rousseff, do PT, em parceria com o governo do estado de Santa Catarina, poderá concretizar um dos maiores sonhos dos blumenauenses e dos cidadãos do vale do Itajaí: poder viver com sentimento de paz e segurança em relação às cheias.

Portanto, assim como a nossa presidenta tem tratado Santa Catarina com muito carinho, trazendo para cá grandes investimentos, esperamos também o reconhecimento do governador do estado com os partidos que compõem a base de governo...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Inscrito o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL, pela Rádio AleSC Digital, também as que nos visitam no dia de hoje.

O deputado Jailson Lima já tratou do assunto, nesta tribuna, mas eu volto a falar no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, sobre a ação e a decisão do Tribunal Regional Federal de Porto Alegre, da 4ª região, de anulação do

contrato da terceirização da alimentação escolar em Santa Catarina ou a privatização.

Nós tratamos desse tema já há muito tempo e decidimos entrar com uma ação popular. Felizmente tivemos sucesso nessa ação. O Tribunal Regional Federal confirma a nossa tese de que o dinheiro do Fundeb e do salário educação é para investimento em educação e não para investir em terceirização e privatização da alimentação escolar.

Foi uma decisão importante que, de fato, mexe num tema polêmico em Santa Catarina desde o início, quando o então secretário de Educação Paulo Bauer e o ex-governador Luiz Henrique da Silveira decidiram pela terceirização e privatização da alimentação escolar em Santa Catarina, com um contrato em torno de R\$ 120 milhões, muito questionado. Houve problemas de denúncia de vícios desde a sua origem e causou muito prejuízo para Santa Catarina, em vários sentidos, e um deles foi o aumento do custo, porque praticamente dobrou o custo da alimentação escolar.

E foi questionada em muitas escolas, em muitos locais a qualidade da alimentação. Também foi muito questionada a estratégia contrária ao discurso do governo na época da descentralização. Concentrou e foi pior. Concentrou as compras para fora do estado, onde empresas de outros estados ganharam a licitação, que foi questionada na época. Por quê? Porque se colocou no contrato várias fórmulas e questões que só empresas de outros estados teriam condições de atender. Esse foi um dos motivos questionados.

Além disso, causou prejuízo para o desenvolvimento regional, tanto para o comércio que vendia essa alimentação no município e na região das escolas, como para os agricultores familiares que, em muitos municípios, como Maravilha, estavam fornecendo alimentos para as escolas e deixaram de ter essa oportunidade de negócio. Houve prejuízo financeiro, além do custo que quase dobrou para a população. Quer dizer, houve perda também na economia regional. Então, esse foi um dos grandes questionamentos.

Com isso o Tribunal Regional Federal da 4ª Região anulou por unanimidade o Edital de Concorrência n. 026/2008, que terceirizava a alimentação escolar de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Para o relator Juiz Federal João Pedro Gebran Neto, a Secretaria Estadual de Educação (na época comandada pelo atual senador Paulo Bauer) violou os 'princípios da moralidade e da probidade administrativa'."

Essa foi a decisão do último dia 16 de fevereiro, publicada em acórdão no Diário da Justiça, ontem.

Esperamos que essa decisão convença o estado, a secretaria da Educação, o novo secretário Eduardo Deschamps, deputada Luciane Carminatti.

O governador Raimundo Colombo, que já sabia, com certeza, que havia problema nesse processo de terceirização, anunciou e inclusive criou a comissão de trabalho para que fizesse o processo de transição para a volta da gestão pública da alimentação escolar.

No ano passado as coisas estavam andando. Nós estávamos otimistas. A comissão se reuniu por três ou quatro vezes. E havia o compromisso da secretaria, já no início do ano, de até na metade de janeiro novamente chamar a comissão, e até agora não tivemos mais notícias.

Surpreendeu-nos nos últimos dias, não lembro bem o dia, que o estado refez o contrato para mais um ano, até final deste ano de 2012. Duas regiões foram recontratadas, a oeste e a sul, onde os agricultores estavam-se organizando para fornecer a alimentação, porque havia uma discussão de que algumas regionais...

Claro que não seríamos ingênuos de entrar num processo por gestão pública em todo o estado, imediatamente. Talvez não houvesse essa condição, de fato, mas se poderia começar por algumas regiões. Esse era o debate que estava ocorrendo, cinco, seis, dez regionais.

E, justamente, nas duas regiões em que existe uma produção organizada pelos agricultores familiares para entregar ao menos os 30%, quem

sabe até mais, a secretaria de Educação prorroga o contrato para mais um ano.

Deputado Kennedy Nunes, surpreendeu-nos essa decisão. Esperamos que agora, com essa decisão do Tribunal Regional Federal de anular o contrato de terceirização, o estado e a secretaria da Educação tomem providências e encaminhem - e essa comissão de trabalho já está bem avançada -, imediatamente, o acerto e o encaminhamento de gestão pública ao menos de algumas regionais relativos à alimentação escolar.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Dirceu Dresch, quero apenas relembrar aqui a primeira manifestação do governador Raimundo Colombo quando da discussão da merenda escolar terceirizada no estado. Ele fez a seguinte afirmação: "Merenda escolar não é negócio".

Esta frase é muito significativa, sobretudo agora, que nós temos a notícia da decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª região. Naquela ocasião, pareceu-nos que o governador estava muito sensível ao tema quando instituiu o grupo de trabalho.

Agora, eu começo a crer que não é somente uma questão de sensibilidade, mas também de precaução. O governador sabia, na ocasião das denúncias, do conteúdo gravíssimo das mesmas, que envolvem cerca de R\$ 120 milhões por ano em recursos da alimentação escolar. Se o governador sabia, ao instituir o grupo de trabalho, ele estava se antecipando a uma decisão que chega neste momento.

Então, quero apenas reiterar a necessidade de que o governador, agora, saia da área de precaução e da sensibilidade e coloque o seu governo para agir, porque já passou 25% do seu governo. O primeiro ano já foi. Agora entramos no segundo ano, um ano eleitoral, que é muito mais curto.

Portanto, temos pressa para instituir um novo modelo de gestão da alimentação escolar. E, neste ano, pela troca de secretários, praticamente, até

agora, não percebemos qual será a política de educação do novo secretário.

Então, penso que é urgente a instituição novamente desse grupo de trabalho para dar encaminhamento à questão e começarmos a ter uma política de alimentação escolar que combine tanto os produtos dos agricultores, como também a licitação regionalizada. É esse o debate que estamos fazendo.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

Quero também reafirmar a nossa posição. Desde 2008 a nossa bancada está unificada na discussão de que esse processo precisa mudar. Não é possível que o estado continue priorizando inclusive empresas fora do estado, e não priorize o desenvolvimento regional, a nossa agricultura familiar.

Então, nesta decisão do Tribunal Regional Federal, 4ª região de Porto Alegre, confirma-se a tese de que há problemas seriíssimos nessa questão da terceirização e da privatização da alimentação escolar em Santa Catarina.

Então, esperamos que o estado não recorra dessa decisão e que encaminhe um novo processo de contratação da alimentação escolar em Santa Catarina, com gestão pública e de favorecimento de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PSDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PTB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PP.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PP que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Kennedy Nunes, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que nos acompanham neste plenário.

Assomo esta tribuna para enaltecer o trabalho forte que o governo fez para resultar, na manhã de hoje, às 11h, no centro Administrativo, a instalação da GM - General Motors, na cidade de Joinville.

Esse é um fato muito importante e emblemático, que coloca de uma vez por todas no circuito das cidades que vão receber a indústria automobilística não somente Joinville, mas também a região norte, porque está para ser divulgada nos próximos dias a decisão da BMW de instalar em Araguari uma fábrica, onde vai ser possível a construção de cinco modelos daquela empresa automobilística.

Joinville tem-se consolidado no setor metal-mecânico. Temos hoje mão de obra muito qualificada neste setor. Viramos um polo do setor metal-mecânico, competindo com Canoas no Rio Grande do Sul. Isso faz diferença, porque a mão de obra desse setor, seja o fresador ou qualquer outro profissional da área de usinagem, tem uma qualificação muito grande e agrega muito valor quando recebe esse tipo de benefício.

Então, quero aqui deixar o meu agradecimento, em nome dos deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos, porque somos os três deputados da região de Joinville, pelo empenho do governo do estado nessa negociação. Sabemos que uma decisão como essa para uma grande empresa, como a GM ou a BMW, é difícil. Os empresários são frios e trabalham com números. E o estado tem que estar também entre esses números e o social, porque imaginem o quanto isso vai gerar! Imaginem as mais de quatro dezenas de empresas satélites que se instalarão ao redor dessas grandes indústrias, que passarão a ser

fornecedoras. Então, envolve uma mão de obra muito grande.

Assim, agradeço ao governador Raimundo Colombo, ao governo do estado, por mais uma vez dar essa atenção especial a Joinville e com certeza o povo da região está muito feliz.

Então, daqui a pouco, às 11h, estaremos acompanhando a assinatura da instalação de mais uma empresa, porque já há uma empresa sendo instalada lá, que é de câmbio, e agora vem mais uma fábrica. Isso é muito importante para o estado na geração de emprego e renda, especialmente para Joinville e a região norte do estado.

O restante do tempo deixo ao deputado Maurício Eskudlark ou ao deputado Darci de Matos, caso queiram falar sobre isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do tempo destinado ao PSD, com a palavra o deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero agradecer a deferência do nosso colega deputado Kennedy Nunes e dizer que vou tratar rapidamente de alguns assuntos que foram abordados no dia de hoje, nesta tribuna.

Primeiramente, quero ressaltar a importância do projeto elaborado pela Jica, ONG japonesa, de contenção das cheias no vale do Itajaí. Esse projeto veio gratuitamente para o estado de Santa Catarina, e ontem o governador Raimundo Colombo fez questão de fazer esse registro, como tem feito questão de registrar, em todas as oportunidades, a participação do governo federal em todos esses projetos. Dos primeiros R\$ 500 milhões a serem investidos, R\$ 300 milhões serão do governo federal; R\$ 60 milhões, como foi dito da tribuna, do governo do estado, e mais R\$ 140 milhões do governo do estado, através de financiamento. Na verdade, nessa primeira etapa, dos R\$ 500 milhões, R\$ 300 milhões serão do governo federal, R\$ 200 milhões do governo de Santa Catarina, sendo R\$ 160

milhões de imediato e R\$ 140 milhões fruto de financiamento.

Santa Catarina esperava há muito por isso ou até já nem esperava, porque estava acostumada a ressurgir não das cinzas, mas das enchentes de todos os anos, pois tratavam desse assunto apenas quando ocorriam essas catástrofes climáticas. O governo, então, com amadurecimento, com responsabilidade, está investindo para solucionar o problema. O investimento feito pelo estado e pela união é, na verdade, um investimento que tem que ser feito a cada ano para recuperar o estado de Santa Catarina, ao invés de criarmos paliativos todos os anos. É importante reconhecer esse trabalho anunciado, ontem, pelo governador Raimundo Colombo mostrando o projeto, ressaltando a importância da Jica na realização desse projeto como um todo e do governo federal na participação para a solução desse problema para o nosso estado.

Quero reconhecer aqui, a deputada Ana Paula Lima falou sobre isso, a participação do governo federal nos projetos para Santa Catarina, e posso dizer também, deputado, que ele, quando provocado, quando recebe os projetos, principalmente na área da segurança pública, sempre responde à altura. Não pode o governo federal ser cobrado por não destinar recursos para um estado se este não apresenta projetos, não vai buscar, não diz como e onde quer investir.

Na segurança pública, ao longo dos últimos anos, o governo federal tem sido presente e o governador Raimundo Colombo reconhece isso no seu governo, como reconhecemos o trabalho que vem sendo feito nessa área. Então, a parceria governo federal/governo estadual tem sido importante, tem sido de busca de soluções, em que se tem deixado de lado as vaidades, buscando trazer, sim, o resultado que a população espera.

Então, é muito importante o anúncio, ontem, do governador, mas hoje já com atos efetivos e a assinatura de contratos para a implantação do sistema de redução dos danos pelas cheias no estado de Santa Catarina.

Conforme combinado, o restante do horário do partido será destinado ao nosso líder, deputado Darci de Matos.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, como o PSD está com uma bancada significativa em Santa Catarina e no Brasil e com uma relação respeitosa com a competente presidenta Dilma Rousseff, os três deputados têm condições de se pronunciar; é uma relação republicana.

Mas desejo falar rapidamente sobre dois assuntos. Em primeiro lugar - a deputada Angela Albino já falou sobre esse assunto -, amanhã faz 80 anos que as mulheres conseguiram o direito ao voto no Brasil, uma data importante!

Antonieta de Barros foi a primeira deputada negra do Brasil e temos que comemorar essa data porque as mulheres, ao longo dos anos, conquistaram o seu espaço com muita luta, com muita garra e com muita dedicação. Mais do que o voto, deputada Luciane Carminatti, as mulheres são importantes para as universidades, para a política, para as empresas, para o Judiciário e estão demonstrando tanta competência ou mais do que os homens. Alguns cientistas ousam afirmar, com certa dose de razão, que um dos motivos da evolução da humanidade, nos últimos 50 anos, deu-se exatamente pelo fato de a mulher ter entrado no mercado de trabalho.

Portanto, não podemos passar sem registrar esse fato relevante.

Sra. presidente, desejo também, na esteira do pronunciamento do deputado Kennedy Nunes, falar do ato que irá acontecer, às 11h, no Teatro Pedro Ivo Campos, onde será assinado o protocolo definitivo de intenção da instalação da segunda fábrica da GM em Joinville. É uma fábrica, deputado Maurício Eskudlark, de transmissão, porque a fábrica de motores já será finalizada este ano. A colocação dessas máquinas está sendo finalizada na planta e no ano que vem já começam a produzir os motores.

Mas a GM inicia a construção da planta de fábrica de transmissão em Joinville.

É um investimento de R\$ 600 milhões, com um faturamento de R\$ 150 milhões por ano. Isso significa muito para Santa Catarina, sendo que deverá ser oficializada, daqui a alguns dias, a fábrica da BMW, a qual será instalada no vizinho município de Araquari.

Portanto, o norte do estado, Joinville, Araquari e os municípios vizinhos, acabou se transformando, deputado Kennedy Nunes, num polo automobilístico de fundamental importância para Santa Catarina e para o Brasil. Por que isso? Por alguns motivos, deputado Kennedy Nunes. Em primeiro lugar, temos mão de obra qualificada, preparada; em segundo lugar, porque somos um polo metal-mecânico importante do Brasil; em terceiro lugar, constituímos um polo portuário, que é um dos mais importantes do mundo, com quatro, cinco portos, numa área de 250Km.

Portanto, Joinville também tem uma característica voltada para o trabalho. Joinville e o norte compõem uma região diferente, uma região que tem atraído a atenção de empresas nacionais e multinacionais.

Quero concluir as minhas palavras dizendo que é muito importante esse polo automobilístico, a instalação da GM, da BMW; é muito importante a projeção de que vamos dobrar o nosso PIB nos próximos dez anos. Mas, do outro lado da linha, precisamos fazer esforços para distribuir essa renda, para transformarmos esse *boom* econômico em qualidade de vida para a nossa população, porque nós, infelizmente, ainda em Joinville, temos vovozinhas perdendo a visão na fila porque não conseguem uma cirurgia de cataratas; temos milhares de pessoas nas filas buscando uma cirurgia, buscando um exame, buscando uma consulta especializada.

Portanto, precisamos continuar crescendo, mas precisamos distribuir essa renda, esse crescimento econômico em qualidade de vida para a nossa população.

Parabéns a Joinville! Parabéns ao norte!  
Parabéns a Santa Catarina.

Obrigado, sra. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -  
Obrigada, deputado Darci de Matos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.  
0051/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.  
0449/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.  
0453/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.  
0485/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.  
0508/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n.  
0520/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0532/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0537/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0557/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0035/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0036/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0037/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, srs. deputados e pessoas que acompanham esta sessão, não poderia deixar de me manifestar com relação ao anúncio que está em todas as capas dos jornais de hoje no que se refere à terceirização da merenda escolar em Santa Catarina e ao anúncio da

suspensão desse edital pelo Tribunal Regional Federal, da 4ª Região de Porto Alegre, que traz também nessa notícia uma denúncia com relação à utilização dos recursos do Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE. Recursos esses transferidos pela união e que não podem ser utilizados na administração para o pagamento de empresas de prestação de serviços. Esses recursos podem ser utilizados somente para a aquisição de alimentos. Esta é a questão central, sem considerar também o valor extremamente abusivo que continha nesse edital.

Eu confesso, deputada Ana Paula Lima, deputados Ismael dos Santos e Sargento Amauri Soares, que fiquei mais preocupada quando recebi essa notícia, e já me reportei ao assunto na manifestação do deputado Dirceu Dresch de que quando iniciamos o debate com o sr. governador Raimundo Colombo, logo no início das suas primeiras manifestações, ele nos dizia que era contra a terceirização porque a alimentação não é negócio. Esse é um ato educativo. Inclusive, ele se reportava à ideia de uma alimentação em que a agricultura pudesse compartilhar com os produtos que produz, como também os pescadores. Enfim, uma política de estado que tivesse esse espírito de valorizar a nossa produção regional, em que cada região tivesse as suas culturas, equilibrando um cardápio com profissionais qualificados, neste caso os nutricionistas, e fossem feitas, além disso, licitações regionalizadas.

Foi uma manifestação extremamente positiva, pois o governador, na época, mostrou-se sensível a essa questão, e agora, como já disse, está sendo uma manifestação precavida, pois ele sabia o que estava sendo analisado. Isso me preocupa porque estamos discutindo nesse grupo de trabalho que é necessário ser retomada a questão de que o estado de Santa Catarina precisa ter uma política de incentivo e de organização da produção dos agricultores. E por que isso me preocupa? Porque justamente o secretário da Agricultura, quando

prefeito em Chapecó, fez o mesmo processo de terceirização da alimentação escolar.

Ora, como é que vamos ter segurança de que este governador terá força suficiente, uma vez que no bojo do seu governo há autoridades que não compactuam com essa tese de uma alimentação escolar que possa ser pensada como uma política de estado?!

Nós defendemos que a alimentação escolar tem que ter uma política de estado, articulada tanto pela secretaria da Agricultura quanto pela secretaria da Educação. A secretaria da Educação deve repassar para a secretaria da Agricultura o que é necessário em produção, para que a agricultura possa, então, organizar com as diferentes regiões e com os seus agricultores, com a Epagri, com as suas entidades, essa produção. Então, a pergunta que faço, deputada Ana Paula Lima, é a seguinte: Será que o secretário da Agricultura vai mandar neste governo - eu já sei qual será a resposta, porque em Chapecó até hoje ocorre terceirização da alimentação escolar a custo alto - ou será que o governador terá força suficiente para de fato determinar que o seu governo seja enquadrado nessa política de estado?

Talvez por isso esse grupo de trabalho, deputado Sargento Amauri Soares, esteja tão lento. É porque há conflitos no próprio governo. Até agora não vi nenhum movimento do secretário dizendo que vai respeitar a decisão e vai se enquadrar nessa concepção de governo. Tenho muitas dúvidas se isso não é somente fogo de palha.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputada, gostaríamos somente de manifestar o nosso apoio, antes de v.exa. partir para outro tema, ao seu pronunciamento, ao pronunciamento do seu partido e de toda a comunidade escolar, as quais se posicionam de forma contrária à privatização da alimentação escolar.

Quero parabenizar v.exa. e os demais colegas que se têm posicionado neste sentido, inclusive

aquela parte do governo que está defendendo o retorno à política anterior de tratar a alimentação escolar como um serviço público.

Então, é preciso fortalecer essa parte, e queremos dizer que estamos juntos para ir nesse caminho no estado de Santa Catarina. Evidentemente, o próprio governador precisa se posicionar e, de repente, dar uma batida na mesa com relação a esse assunto.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Muito obrigada, deputado Sargento Amauri Soares!

De fato, o governador tem que dizer quem manda neste governo. É essa a atitude que estamos esperando dele.

Quero me referir também a outro tema importante: a educação em tempo integral, muito divulgada nesses últimos dias e no início deste governo. Ontem mesmo participamos de um debate na TVAL com a presença do secretário de Educação e os membros da comissão de Educação da Assembleia.

Por concepção e princípio, como professora, tenho um entendimento favorável à educação em tempo integral. Aliás, penso que esse foi o caminho em todos os países que valorizaram e colocaram a educação como prioridade. Porém, hoje, há muitos jeitos de fazer educação em tempo integral, e eles nos preocupam. Quando escuto que filho de pobre tem que estar na escola das 7h às 17h, isso me preocupa muito, porque aí não se discute o que se faz com esse aluno, não se discute o que precisa haver nessa escola, não se discute que muitos desses alunos estão trabalhando já em alguns horários, contribuindo com a renda familiar, e que se trata de educação integral apenas como ampliação da jornada. Isso é muito preocupante porque interfere no jeito de fazer educação e, com certeza, o resultado não é positivo.

Então, quando o governo do estado apresenta a ideia de uma educação de ensino médio inovadora ou em tempo integral, a primeira pergunta que faço é a seguinte: É inovadora no quê? Na carga horária? Na extensão da jornada? É inovadora na capacitação

desses profissionais, que passam a ter uma formação permanente e contínua com a equipe toda da escola, preparando-se para esse novo jeito de fazer educação? É inovadora porque a estrutura da escola passa a ter uma equipe maior? Porque não basta mais colocar matemática de manhã e matemática à tarde. Com isso, podem ter certeza, o índice de evasão será grande. Nós precisamos não transformar as escolas em prisão, deputado Sargento Amauri Soares. Elas têm que ser uma opção para os alunos. Eles têm que ser atraídos para estar nessa escola.

E não vamos esquecer que ensino médio é lidar com alunos adolescentes e pré-adolescentes, ou jovens, eu diria. Portanto, exige muito mais de uma proposta curricular que vai fazer com que os alunos fiquem mais tempo na escola.

Da mesma forma, quando perguntamos se ela é inovadora, queremos saber se ela é inovadora no sentido de haver uma bolsa permanência para os alunos, para que aqueles que já contribuem com a renda familiar possam ter essa garantia e esse estímulo para continuar na escola? Ela é inovadora porque interfere na formação daquele aluno e permite que ele tenha também condições de entrar no mundo do trabalho e não apenas no mercado de trabalho?

Então, são várias questões que gostaria muito que a secretaria de Educação olhasse com muito cuidado, mas é fundamental também que considere o profissional da educação, a valorização daquele que faz a diferença na educação.

Por último, deputada Ana Paula Lima, quero falar sobre a estiagem. Estou muito preocupada também com relação à estiagem porque até agora foi falado sobre a indústria das enchentes, mas acredito que talvez tenhamos problemas com a estiagem, da mesma forma.

Primeiro, quero dizer que o deputado Jailson Lima solicitou a prestação de contas dos municípios. Eu gostaria de dizer ao deputado que nem chegou dinheiro aos municípios. Portanto, para se fazer a prestação de contas de algo que não chegou, é necessário que chegue. Segundo, os

municípios estão reivindicando também a relação republicana que Dilma Rousseff tem com Raimundo Colombo. Por isso, no dia 5 de março, os prefeitos do PT solicitaram uma audiência com o governador para discutir os critérios de distribuição desses recursos, e também queremos a mesma relação republicana.

Muita obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -  
Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.